

# política

## Aprovada primeira parte do Plano Diretor da Capital

A partir da próxima semana, vereadores começam a deliberar sobre temas como altura máxima de prédios por região

### / URBANISMO

Com as galerias lotadas de manifestantes contrários e favoráveis à nova proposta para o Plano Diretor de Porto Alegre, os vereadores da Capital aprovaram nesta quinta-feira, por 22 votos a 12, a primeira parte do projeto que define as diretrizes da cidade para os próximos 10 anos. A partir da semana que vem, a Câmara Municipal começa a debater e deliberar sobre a segunda etapa, chamada Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que traz critérios mais específicos e técnicos, como, por exemplo, a altura máxima de prédios por região.

As votações de emendas ao Plano Diretor Urbano e Sustentável (PDUS), como é chamada esta primeira parte da proposta, dominaram as sessões plenárias deste ano legislativo, sendo que muitas delas se estenderam até a madrugada. Um diferencial da votação desta quinta-feira, que deliberou sobre a íntegra do projeto junto com as emendas previamente aprovadas, foi a intensa participação popular e a presença de parlamentares da base do governo Sebastião Melo (MDB) na tribuna, espaço que foi majoritariamente ocupado em outras sessões por vereadores da oposição.

Um dos temas polêmicos so-

bre o novo plano diretor diz respeito à separação do projeto em duas etapas - PDUS e Luos. Conforme o presidente da Câmara, vereador Moisés Barboza (PSDB), este modelo foi proposto pela própria prefeitura.

O secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Porto Alegre, Germano Bremm, acompanhou a aprovação do plano e explicou a motivação para a prefeitura propor a separação de PDUS e Luos: "A gente faz essa separação para efetivamente o plano ser aquele documento que aponta o caminho, que dá o modelo de gestão a ser perseguido enquanto cidade. E a Lei de Uso e Ocupação é a regra com segurança jurídica, com objetividade, que a gente passa a discutir na sequência". Além disso, Bremm apontou Curitiba como uma cidade modelo para a proposta apresentada pelo Executivo.

O vereador da oposição Giovanni Culau (PCdoB) afirmou que buscará judicializar esta separação de PDUS e Luos após encerrada a deliberação da segunda etapa. "Nós achamos um erro e uma irregularidade esta separação entre Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo. O estatuto das cidades não permite isso em cidades como Porto Alegre, que foram atingidas por desastres climáticos



Com as galerias divididas entre apoiadores e críticos ao projeto, parlamentares governistas festejam votação

como nós vivemos em 2024", disse o parlamentar.

Consta no estatuto das cidades um artigo específico sobre como os municípios suscetíveis a inundações e outros desastres naturais devem apresentar os seus planos diretores. No primeiro item do Artigo 42-A, o estatuto estabelece que o projeto deve conter "parâmetros de parcelamento, uso e ocupa-

ção do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda".

Quanto ao teor do PDUS aprovado, que se caracteriza por ser extenso e ter artigos menos objetivos do que os que serão deliberados no Luos, as avaliações dos vereadores da base governista e da oposição divergem em muitos

pontos, com destaque para a resiliência climática. Enquanto parlamentares de partidos apoiadores do governo Sebastião Melo acreditam que a proposta fortalecerá a cidade contra possíveis novos eventos como as cheias de maio de 2024, aqueles identificados com a esquerda sustentam que o Plano Diretor aprovado enfraquece a proteção contra desastres.

## Emendas da base aliada do prefeito são maioria entre as acolhidas pelo plenário

Os dois primeiros meses do ano legislativo de 2026 na Câmara Municipal de Porto Alegre foram marcados pelas votações de emendas ao Plano Diretor Urbano e Sustentável (PDUS), aprovado nesta quinta-feira. A grande maioria das

emendas aceitas e que agora integram o projeto foi apresentada pela base governista.

A bancada de oposição apresentou 229 emendas ao PDUS, e conseguiu aprovar 20 em plenário e uma foi integrada ao projeto original. Já a base de Melo apre-

sentou 65 propostas ao Plano Diretor e aprovou 21 em plenário, mas 24 foram integradas no relatório elaborado pelo vereador Jesse Sangali (PL). Também indicou emendas o Fórum das Entidades, que responde por diversos grupos temáticos da Capital, e que

apresentou 102 propostas ao PDUS e conseguiu a aprovação de 3.

Ou seja, no cômputo total, a base de Melo aprovou 45 emendas, a oposição 21 e as entidades 3.

Agora, durante a apreciação da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), os vereadores terão que de-

liberar sobre 121 emendas, sendo 56 da base, 43 da oposição e 11 do Fórum das Entidades. Há uma expectativa nos bastidores da casa de que o projeto em si de Luos deva ir para votação final no período de um mês, com o início da análise de emendas na próxima quinta-feira.

## Justiça libera R\$ 2,8 bi para pagar atrasados do INSS

### / PREVIDÊNCIA

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 2,8 bilhões para pagar atrasados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a aposentados, pensionistas e demais beneficiários que derrotaram o instituto em ações judiciais de concessão ou revisão do benefício.

O montante irá contemplar 178,7 mil segurados que ganharam 130 mil processos. O pagamento é feito por meio de Requisições do Pequeno Valor (RPV), que são atrasados de até 60 salários-mínimos - o

que dá R\$ 97.260,00 neste ano - e inclui benefícios como aposentadoria, pensão, auxílios e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Terão direito ao valor os segurados que ganharam a ação judicial e cuja ordem de pagamento foi dada pelo juiz em alguma data no mês de março. O dinheiro deve ser depositado na conta do beneficiário ou de seu advogado até o início de março.

Ao todo, o CJF liberou R\$ 3,3 bilhões para pagar 277,8 mil cidadãos que derrotaram o governo em 218 mil processos. Além de casos previdenciários envolvendo o INSS, há

ainda verba a ser paga a servidores.

O CJF informa que cabe aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) definir o dia exato do depósito segundo cronogramas próprios. Para saber quando irá receber, o segurado deve conferir a informação no site do TRF responsável por seu caso ou checar essa data com seu advogado.

O valor a ser depositado pode ser encontrado no campo "Valor inscrito na proposta", no site do TRF responsável pelo processo. Quando o dinheiro é pago, o status da consulta mostrará "Pago total ao juízo".

## Governo autoriza nomeação de mil aprovados em concurso da PF

### / POLÍCIA FEDERAL

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos anunciou, nesta quinta-feira, que autorizou a nomeação de mil candidatos aprovados no concurso público da Polícia Federal (PF) de 2021. A medida permite a convocação além do número de vagas original, de 1,5 mil.

A efetivação das nomeações, de responsabilidade da Direção-Geral da Polícia Federal, depende da existência de cargos livres e do orça-

mento previsto, segundo o governo.

Na nova leva, estão previstas 705 vagas para o cargo de agente, 176 para escrivão, 61 para delegado, 38 de perito criminal e 20 de papiloscopista. Quando o concurso foi anunciado, em 2020, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) havia prometido 2 mil vagas imediatas. A equipe econômica da PF, porém, alegou na época que o pedido inicial foi de mil, e que as declarações estariam acima do que era considerado contratação apenas para reposição.